



Maternidade e vulgarização no século XIX: o Guia da mulher pejada

ALINE DE SOUZA ARAÚJO FRANÇA^{1*}

Introdução

No século XIX, diversos manuais com o intuito de orientar as mães de família nos preceitos científicos foram publicados. Eram livros que tratavam de conhecimentos médicos a respeito do corpo feminino e do cuidado com as crianças e recém-nascidos a partir de uma linguagem adaptada a um público que era considerado pelos médicos como leigo. Sendo assim, buscava-se a partir de uma perspectiva que procurava *traduzir* o conhecimento, alcançar mães de família para que informadas, pusessem em prática em seu dia a dia os conhecimentos adquiridos através de obras e periódicos que os divulgavam.

Torna-se necessário apontar algumas das razões pelas quais, no século XIX, alguns médicos se incumbiram da missão de divulgação do conhecimento científico para mulheres. Alguns historiadores e historiadoras apontam algumas razões, como Ana Paula Vosne Martins (2004) e Fabíola Rohden (2001) que indicam que este século foi uma época na qual a medicina procurou estudar com mais afinco as diferenças sexuais e foi um período no qual a medicina inventou as diferenças entre homens e mulheres, o que pode ser percebido através da extensa produção de teses de medicina e manuais médicos a respeito do corpo feminino.

No campo do social, como indicam Everton Barbosa (2018), Maria Helena Camara Bastos (2002), Maria Thereza Bernardes (1988), Maria Angela D’Incao (2015) e June Hahner (2018) o século XIX também presenciou, especialmente a partir de sua segunda metade, uma maior ‘liberdade’ para alguns comportamentos femininos. As mulheres passaram a dirigir periódicos, e nestes escreviam sobre emancipação, sobre igualdade intelectual entre homens e mulheres; também se percebia sua presença em espaços públicos, como teatros, saraus, bibliotecas, livrarias, lojas; e algumas mulheres também trabalhavam em fábricas.

^{1*} Mestre em História das Ciências e da Saúde. Doutoranda em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz. Bolsista CNPQ.

A mortalidade infantil também foi um assunto muito debatido por muitos médicos da época. A partir dos altos índices de morte na infância, o discurso médico passou a ser direcionado às famílias, procurando modificar algumas tradições que compreendiam a morte como algo benéfico, relacionado ao sagrado. De acordo com Luiz Lima Vailati, o discurso médico propôs uma nova concepção acerca da morte infantil, que entrava em conflito com concepções tradicionais derivadas da crença católica. A morte infantil era vista como algo benéfico no sentido de que acreditava-se que a criança receberia o reino dos céus. O que a medicina procurou provar era que a morte infantil era sinônimo de um país atrasado e da imprudência e falta de cuidados dos pais. Como reitera o autor:

(...) na mesma medida em que a criança (viva) ganha valor, sua morte torna-se cada vez mais grave. De fato (...) essa nova forma de ver a criança implicará numa inversão completa dos significados que cercavam sua morte. Em última instância, a morte infantil será a negação de toda a promessa de progresso que esses médicos/higienistas depositam na criança. (VAILATI, 2010:293).

Para isto, médicos do período procuraram modificar comportamentos dos pais que eram considerados nocivos para a criança, em um projeto de medicalização da família. Partindo de publicações em obras e periódicos nas quais se buscava divulgar conhecimentos científicos a partir de uma perspectiva de tradução, estes médicos indicaram a maneira considerada por eles como correta de cuidar dos filhos.

É neste contexto de algumas modificações sociais para mulheres e do interesse médico pelas diferenças sexuais e pela família que surgem diversas publicações com o fim de medicalizar a família, principalmente por meio da figura materna. À mãe, no discurso médico, coube a principal responsabilidade pelo cuidado da família. O discurso médico a eleva como principal figura da família e depositou na maternidade a função mais importante para a vida da mulher.

Entre as publicações que apareceram na época com este fim, o Guia da Mulher Pejada foi uma obra que procurou munir suas leitoras do conhecimento científico para que, bem informadas, pudessem ter um bom andamento da gestação.

Mulheres leitoras

ao longo do século XIX, graças ao desenvolvimento de técnicas tipográficas e ao aparecimento de novas gráficas e tipografias, a leitura de jornais e revistas passou a estar cada vez mais presente na vida cotidiana das pessoas letradas. De acordo com informações publicadas no estudo de Morel e Mariana de Barros, para 1840 podiam ser contabilizadas a venda, no Brasil, de 5 mil periódicos vendidos anualmente; em 1860, foram 20 mil vendidos por ano; e em 1870, 30 mil (MOREL; BARROS, 2003: 54).

O folhetim foi uma das razões pelas quais houve um impulsionamento para o aumento no número de leitores. Era a própria maneira de publicação que atraía

mais leitores. Publicavam-se obras aos pedaços, em fascículos, fazendo com que o leitor, instigado pela curiosidade, comprasse diariamente o periódico. No “Jornal do Commercio”, por exemplo, entre 1839 e 1842 (MOREL; BARROS, 2003: 55), os romances-folhetins eram cotidianos nesse jornal.

A literatura era o meio mais atrativo para o público leitor do século XIX. Diversas obras estrangeiras foram traduzidas e publicadas, em formato de folhetim, nos jornais brasileiros, como *O conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas, e *Os trabalhadores do mar*, de Victor Hugo. A partir da década de 1850, diversos escritores nacionais também começaram a publicar suas obras nos jornais. Em 1857, José de Alencar publicou *O Guarani*, no “Diário do Rio de Janeiro”; *Memórias de um sargento de milícias*, foi publicada entre junho de 1852 a julho de 1853, no “Jornal do Commercio”.

A literatura, além de ser um meio de entretenimento, possuía o atributo de educar os leitores nos valores morais da época. Principalmente por meio das revistas, a literatura nacional foi difundida para diferentes estratos da população, “compostas de textos ligeiros e amenos, acessíveis a uma população pouco acostumada à leitura” (ANDRADE, 2015: 18). Assim como afirma Maria Lúcia Pallares-Burke, em relação à educação no século XIX, no Brasil, não se pode falar apenas de escola como um meio de formação intelectual, pois existiam outras formas que impactavam no processo educativo:

(...) é, sem dúvida, um erro descrever a educação brasileira do século XIX unicamente em termos de escola, seria igualmente um erro descrevê-la tão-somente em termos de jornais culturais/doutrinários. Há toda uma rede de outros agentes em plena atividade, como o romance e folhetins, por exemplo, que, ao lado de escolas mais ou menos isoladas, competiam pela transmissão dos valores culturais em circulação e que devem ser considerados atentamente se se quiser recuperar, com maior fidelidade, a história da educação brasileira do século passado (PALLARES-BURKE, 1998:158).

Muitos editores e livreiros se utilizaram de estratégias para atrair a atenção do público, tais como coleções de baixo custo e cupons de desconto, que acabava por agradar e atrair o público leitor. Uma das publicações que obteve um grande número de leitores foi o *Almanak administrativo, mercantil e industrial da corte e província do Rio de Janeiro*, que teve início em 1839. O *Almanak Laemmert*, como ficou conhecido, era um guia que cobria notícias relacionadas ao Império e listava lojas, estabelecimentos e serviços oferecidos. Entretanto, importa lembrar que a assinatura dos periódicos era feita principalmente por um público que possuía poder econômico para custear esse objeto de consumo.

Os leitores e leitoras dos periódicos eram, em grande parte, integrantes da elite intelectual. Por outro lado, a leitura de livros e periódicos em voz alta, que era comum na cidade do Rio de Janeiro, fazia com que os demais setores da sociedade tivessem acesso aos temas e assuntos tratados nos periódicos.

Dulcília Buitoni assevera como desde o surgimento da imprensa feminina no fim do século XVII, temas como moda e literatura sempre foram recorrentes.

É preciso salientar que, compreende-se imprensa feminina como aquela produzida ou não por mulheres. O que a define é o seu público alvo. Tal como nos termos de Buitoni, “imprensa feminina é aquela dirigida e pensada para mulheres” (BUITONI, 1986: 16). A imprensa feminista se diferencia da imprensa feminina, pois sua pauta é basicamente a luta por direitos civis e políticos. Ela já nasce com esse intuito e suas sessões tratam basicamente sobre esses temas.

O fato de desde o início da imprensa feminina assuntos como moda e literatura terem sido recorrentes, é um indicativo, segundo a autora, de como esta imprensa tratava da questão do novo. Como a moda é algo que está sempre em constante mudança, Buitoni indica como os periódicos femininos procuravam sempre estar atualizados, neste sentido, de modo que os “jornais e revistas femininos funcionam como termômetro dos costumes de época. Cada novidade é imediatamente incorporada, desenvolvida e disseminada” (BUITONI, 1986: 24).

Aos poucos outras temáticas foram sendo incorporadas por esta imprensa. Decoração, arquitetura, trabalhos manuais, conselhos de saúde, economia doméstica, utensílios domésticos, dicas de beleza, etc., foram muitos dos assuntos tratados pela imprensa feminina.

No caso brasileiro, o primeiro jornal feminino de que se tem notícia é “O Espelho Diamantino”, publicado no Rio de Janeiro, em 1827. O segundo é “O Espelho das Brasileiras”, publicado em Recife, em 1831. A esses se seguiram outros, editados sob os mais diversos fins. Constância Lima Duarte realizou um levantamento de todos os periódicos femininos publicados no século XIX, dos quais identificou um total de 143 periódicos publicados no Brasil ao longo desse período (DUARTE, 2017).

Destes, o maior número foi publicado no Rio de Janeiro: 45 periódicos. Se sucedendo no Recife, com 25; São Paulo: 14; Salvador: 9; e Fortaleza: 4.

Vários textos e periódicos direcionados à vulgarização dos conhecimentos se destinavam especificamente às mulheres. Estas, enquanto leitoras de periódicos e de livros de vulgarização, pertenciam a determinados segmentos sociais, ou seja, aqueles que detinham algum poder aquisitivo.

O discurso higienista teve grande papel na valorização da maternidade nessa época. A mãe, baseada no conhecimento científico, deveria seguir com sua gestação e depois com a criação dos filhos. Neste contexto, apesar de os médicos se direcionarem para as mães, o foco central deles era nos filhos. O índice alto de mortalidade infantil no período era muitas vezes explicado como fruto da negligência materna. E os filhos eram vistos como futuros cidadãos da pátria e, por isso, deveriam ser bem cuidados e educados. E sobre isso a imprensa teve um papel relevante na medida em que procurava educar a mulher para o seu papel de mãe e de guardiã do lar.

Poucas mulheres nesse período se dedicaram ao mundo das letras. Algumas colaboraram em jornais e também assumiram a posição de redatoras. Everton Barbosa demonstra o caso do “Jornal das Senhoras”, publicado no Rio de Janeiro

entre 1852-1855, que era dirigido por mulheres. Esse jornal era comercializado em estabelecimentos que ficavam localizados na R. do Ouvidor, que era um espaço de grande fluxo feminino (BARBOSA, 2018)

O Guia da mulher pejada

Filho do médico Joaquim Pires Garcia de Almeida e de Maria Luiza Pires, José Ricardo Pires de Almeida nasceu no Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 1843. Realizou três anos do curso da Faculdade de Direito de São Paulo, mas efetivamente doutorou-se em medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1871, com a tese "Parallelo entre as escolas hystologicas, franceza e allemã; Secção accessoria, Applicaçõ da electricidade á therapeutica; Secção medica, Medicaçõ anesthesica; Secção cirurgica, Do aparelho da visõ".

Sua atuação profissional na área da saúde se iniciou no Instituto Vaccinico, e tornou-se, em 1883, delegado e comissário vacinador da Junta Central de Higiene Pública, tendo atuado nas freguesias de Inhaúma, Irajá e Jacarepaguá. Posteriormente, foi médico adjunto da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro.

Exerceu a função de chefe do Arquivo da Secretaria da Câmara Municipal. Exonerou-se da direção do Arquivo em 25 de fevereiro de 1890, quando já se encontrava vinculado à Intendência de Instrução e Estatística do Distrito Federal. Ainda em fevereiro deste ano assumiu o cargo de Bibliotecário/Arquivista da Inspeção Geral de Higiene.

No ano de 1892 integrou, como médico higienista, a Comissão Construtora da Nova Capital, comissão de estudos responsável para analisar a escolha do local para a nova capital do Estado de Minas Gerais, e presidida pelo engenheiro Aarão Leal de Carvalho Reis (1853-1936). O relatório da comissão, que designou o arraial de Belo Horizonte como local para ser instalada a capital, foi apresentado a Affonso Penna, então presidente do Estado em junho de 1893 e aprovado pelo Congresso Mineiro em 17 de dezembro de 1893. A Comissão Construtora da Nova Capital, concluiu em 1895 o plano da nova capital.

Faleceu aos 70 anos, em 24 de setembro de 1913, no Rio de Janeiro. Seu filho Ernesto Pires de Almeida doou, em junho de 1914, ao Arquivo do Distrito Federal, a coleção de litografias de José Ricardo Pires de Almeida, que incluía obras de Rugendas e Debret, os artigos e crônicas sobre temas científicos e históricos de sua autoria, e revistas do Rio e Janeiro (PENA; FERREIRA).

José Ricardo Pires de Almeida foi um dos autores que, no século XIX, publicaram obras dos mais diversos gêneros literários. Sua produção foi muito extensa, abrangendo formas como os livros, partituras, poesias, peças de teatro, artigos científicos, artigos sobre história do Brasil, e folhetins.

A obra "Guia da mulher pejada" de Pires de Almeida, foi inicialmente publicada nas colunas do jornal *A Mãe de Família. Jornal científico, litterario e illustrado*, ao longo dos anos de 1881 a 1883. Esta obra foi publicada, em formato de livro,

somente no início do ano de 1884, pela Typographia e Lithographia Lombaerts & C., como registraram inúmeros anúncios veiculados nos periódicos da época. Esta edição em livro, que integrava a coleção “Medicina para o povo” da editora, apresentou como título “Guia da mulher pejada Preceitos hygienicos. Molestias e accidentes. Seu tratamento: alopático pelo autor; homeopathico, pelo Dr. Castro Lopes; e dosimetrico, pelo Dr. José de Goes. Precedidos do calendário da prenhez com o qual pode marcar o dia do parto, a época da fecundação e o período em que se devem sentir os movimentos do fêto”. Entretanto, importa esclarecer que essa 1ª edição da obra apresentou em sua 1ª capa impressa a data de 1882, mas no final do exemplar apresenta a data de 1884. De toda forma, considera-se que a primeira edição veio a público efetivamente no ano de 1884.

A obra “Guia da Mulher Pejada” ainda teve uma segunda edição, em 1895, igualmente publicada pela Imp. L. Lombaerts².

A obra foi amplamente divulgada por meio de anúncios em jornais como *A Mãe de Família* e *A Estação*, e em periódicos de outras províncias brasileiras. No periódico *A Estação*, por exemplo, foram localizados anúncios da obra até o ano de 1901, o que nos leva a crer que pode ter sido uma obra bem aceita, ao menos, pelo público do Rio de Janeiro. A edição de 1884 foi dedicada a Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo (1825-1893), que foi cirurgião-mor da Armada, dignitário da Ordem da Rosa, oficial do Cruzeiro, cavaleiro da ordem de S. Bento de Avis, chefe de saúde da esquadra nas campanhas do Uruguai e de Uruguiana, e autor de “Historia Medico-Cirurgica da esquadra brasileira nas campanhas do Uruguay, e Paraguay de 1864 a 1869” (1870).

A obra está estruturada da seguinte forma: prefácio, e mais duas partes, ‘Hygiene da mulher pejada’, e ‘Moléstias da mulher pejada’. Na primeira parte, ‘Hygiene da mulher pejada’, Pires de Almeida tratou sobre todas as questões referentes à higiene da mulher pejada, contemplando sete pontos: o ar, o vestuário, os banhos, a alimentação, exercícios físicos, o moral das pejudas, e desejos ou caprichos da mulher grávida. Na segunda parte, ‘Moléstias da mulher pejada’, foram discutidas as moléstias próprias da gravidez e as maneiras de combatê-las, por meio de fórmulas de medicamentos que poderiam ser encomendadas pela mulher. As receitas foram apresentadas a partir de três linhas de pensamento ou

2 Existe a possibilidade de acesso às publicações da obra a partir de três meios: pela Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional, pelo site da U.S. National Library of Medicine e pela biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz. O início da edição de 1881 se encontra no jornal *A Mãe de Família*, cujo acesso ocorreu pela Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional: ALMEIDA, José Ricardo Pires de. Higiene da mulher pejada. *A Mãe de Família. Jornal científico, litterario e illustrado*, ano 3, n. 19, outubro de 1881, p. 149. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/341703/440> Acesso em 28 de julho de 2020. A edição de 1884 se encontra disponível no site da U. S. National Library of Medicine, na coleção “Medicine in the Americas, 1610-1920”. Disponível em: <https://collections.nlm.nih.gov/catalog/nlm:nlmuid-67150730R-bk> Acesso em 28 de julho de 2020. A segunda edição de 1895 se encontra na biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz, cuja localização é a seguinte: BR1273.1; 599.03, A447g, Col. L.R

formas de concepções médicas: a linha alopática por Pires de Almeida; a homeopática, por Antonio de Castro Lopes³; e a dosimétrica, por José de Goes⁴.

O termo pejada era utilizado, no século XIX, para designar a mulher grávida. O principal objetivo da obra era ser, tal como o título o anunciava, um guia para a mulher em seu estado de gestação. A ideia era a de que, a mulher informada pelos preceitos higiênicos, pudesse manter sua saúde e a de seu bebê. De acordo com Pires de Almeida, uma das principais causas de mortalidade materna e infantil no período era a escassez de informações científicas que pudessem informar as mulheres da maneira 'correta' de cuidar de seu próprio corpo e do de seus filhos. Com este intuito, então, é que Pires de Almeida escreveu a obra.

Diversos tipos de obra com esse perfil apareceram no século XIX. A partir de uma ideia de que o próprio indivíduo informado saberia lidar com certas questões relativas à sua própria saúde, diversos médicos escreveram manuais voltados para um público leigo.

É importante lembrar que, em termos de conteúdo, os fascículos do "Guia da mulher pejada" publicados no jornal *A Mãe de Família*, e as edições em livro de 1884 e a de 1895, apresentavam algumas diferenças. No periódico foi publicado apenas, o que depois veio a ser a primeira parte do livro, a "Higiene da mulher pejada". As moléstias da gravidez e as receitas de medicamentos não foram incluídas na versão veiculada pelo periódico.

A edição de 1895 apresentou uma dedicatória de Pires de Almeida ao médico Francisco Furquim Werneck de Almeida (1846-1908), que exercia a clínica obstétrica e ginecológica no Rio de Janeiro, e tratou-se de uma edição aumentada. A primeira parte da obra é exatamente igual à edição do jornal e à de 1884. A diferença se encontra na segunda parte, na qual foram incluídas algumas receitas de medicamentos para tratar de moléstias da gravidez.

O "Guia da mulher pejada", quando foi publicado, em 1884, em formato de livro, foi amplamente anunciado em diversos periódicos do Rio de Janeiro e alguns de outras províncias do Império. Foram localizados anúncios da obra até o ano de 1904. A grande frequência de anúncios, nos mais diversos periódicos, pode ser considerada como um indício da circulação e divulgação da obra.

No jornal *A Folha Nova*, em 1884, foi reproduzido um trecho do "Guia da mulher pejada", que tratava do uso dos espartilhos, comentando a necessidade de combater seu uso excessivo. *A Província do Espírito Santo* foi outro jornal que anunciou por diversas vezes o "Guia da mulher pejada". Ao longo do ano de

3 Antonio de Castro Lopes (1827-1901): poeta, filólogo, e professor de latim no Colégio de Pedro II. Publicou "Conferências sobre a homeopatia", em 1882. Apresentou nas Conferências Populares da Glória, na Escola Pública da freguesia da Glória, as conferências "Ensino superior", em 29/05/1881, e "Doses imponderáveis e sua eficácia" em 27/11/1881.

4 José de Góes foi autor do "Guia de medicina Dosimetrica" (1880), vice-presidente honorário do Instituto Dosimetrico de Paris e atendia na Pharmacia Especial S. José (Rua São José nº61), na cidade do Rio de Janeiro.

1884, este periódico anunciou por dez vezes a obra. No jornal *A Mãe de Família*, foram inúmeros os anúncios veiculados entre os anos de 1884 a 1888. E no jornal *A Estação* os anúncios seguiram frequentes até o ano de 1901.

Embora Pires de Almeida, em sua obra, se dirigisse à mulher, seu principal interesse estava localizado na criança, na sua boa constituição física e moral. Como o discurso médico do período defendia a ideia de que a mulher fora criada para ser mãe e, que por isso, a maternidade era algo que fazia parte de sua natureza, a mulher deveria preservar e cuidar de sua saúde, para que quando se encontrasse no estado de gestação, a saúde de seu filho estivesse preservada.

Pires de Almeida apresentou em sua obra, antes dos conselhos para as mulheres sobre sua saúde e a das crianças, “o calendário da prenhez, organizado synopticamente, e baseado n’um cálculo muito simples que facilita conhecer a época em que se realizará o parto” (ALMEIDA, 1884:9). Incluiu, ainda, em suas páginas, um conjunto de orientações, “advertências para o uso do calendário”, para orientar adequadamente as mulheres (ALMEIDA, 1884:13). A importância deste calendário decorria do fato de que por meio dele a própria mulher poderia descobrir a data do seu parto. Para isso, a mulher deveria saber a data da última menstruação e na coluna seguinte, ver o dia correspondente ao parto, que se efetuará nos cinco dias anteriores ou posteriores.

Na primeira parte da obra, intitulada de “Hygiene da mulher pejada”, Pires de Almeida procurou apresentar as orientações sobre a saúde da mulher e conselhos de como a mulher deveria manter sua saúde para que pudesse ter uma gestação saudável. Logo no início do texto, destacou os benefícios que aquelas mulheres que seguissem os preceitos poderiam alcançar. E, ressaltou, também, o quão nocivo seria ao organismo se as mulheres não atentassem a esses preceitos:

Se a mulher vive ordinariamente conforme esses preceitos, e mantém ou acutela sua saúde, precavendo-se de tudo quanto possa modificar-lhe maleficamente o organismo, pouco mais terá a acrescentar quando o novo estado se desenvolva de modo normal; - porém, o mais certo e commum é esquecerem-se os preceitos hygienicos, porque – não só a mulher como também o homem – muito pouco cuidam de prevenir os resultados de qualquer incidente orgânico enquanto gozam saúde, e nada ameaça interromper a perfeita harmonia que parece reinar na marcha das funcções physiologicas (ALMEIDA, 1884: 31).

Pires de Almeida afirmou, ainda, a importância de se observar os meios chamados preventivos para tornar a saúde da mulher mais segura e melhor preparada para o parto. O ato de informar-se faria com que a mulher evitasse problemas com a saúde dela e a do feto enquanto estivesse no período gestacional. Por isso, ele assinalou a importância da mulher viver conforme os preceitos higiênicos. Para Pires de Almeida era inaceitável que a mulher grávida esquecesse esses preceitos.

Entre as ressalvas que Pires de Almeida apresentou estava a questão da realização de sangrias, desaconselhada para as mulheres grávidas. Da mesma forma, ressaltou a importância da mulher relatar os incômodos da gravidez ao médico,

e não às comadres, pois segundo ele estas eram amigas inescrupulosas que as aconselhavam de forma negativa.

Além da orientação a respeito das comadres, Pires de Almeida buscou enfatizar questões que considerava como relevantes para a saúde da mulher pejada. Tratou de assuntos como a qualidade do ar, o vestuário adequado para a mulher que se encontrava neste estado, os banhos e as temperaturas da água, a alimentação, os exercícios físicos adequados para as mulheres pejadas, questões morais relacionadas à gravidez e os desejos recorrentes da gestação.

Na segunda parte da obra, intitulada de "Molestias da mulher pejada", Pires de Almeida procurou tratar das moléstias que poderiam ocorrer ao longo do desenvolvimento da gestação, e de como a mulher pejada deveria proceder diante das situações. Entre os conselhos iniciais, aconselhou que se evitasse os remédios caseiros, pois somente "á sciencia compete resolver" (ALMEIDA, 1884: 147).

Considerações finais

através da análise da obra "Guia da mulher pejada", do médico José Ricardo Pires de Almeida, procurou-se estudar sobre a forma pela qual o discurso médico buscou aproximar-se das mulheres. A partir do acesso a leitura possibilitada pela ampliação de jornais e revistas na segunda metade do século XIX, parte-se da premissa de que o "Guia da mulher pejada" teve ampla aceitação pela mulheres da época.

As próprias características do "Guia", como sendo uma obra adaptada, em termos de linguagem, para um público leigo nos permite pensar em Pires de Almeida como um vulgarizador das ciências, ao procurar, por meio de suas publicações, tornar o conhecimento científico mais acessível às mulheres. Neste contexto, a imprensa desempenhou um papel importante na vulgarização dos conhecimentos, como podemos verificar através da publicação do "Guia" no jornal *A Mãe de Família*.

Por meio da análise do "Guia da mulher pejada", ainda é possível corroborar a ideia de que este perfil de manual, voltado para o público leigo, fazia parte de um processo de busca de legitimação de uma medicina acadêmica em relação às denominadas práticas populares de cura. Esse formato de manual, direcionado às mulheres, buscava ocupar um espaço no qual era possível a presença de outras mulheres, como as parteiras, ou comadres, que cuidavam da saúde das mulheres.

Manuais como o de Pires de Almeida possibilitaram a construção da ideia de uma maternidade científica. A historiadora norte-americana Rima D. Apple trabalha com o conceito de maternidade científica para definir uma mudança de comportamento na maneira como as mães cuidavam dos filhos. De acordo com a autora, este movimento teve início no final do século XIX e apareceu como uma corrente ideológica, e se estendeu até meados do século XX, já como um movimento organizado (APPLE, 1987).

A maternidade científica definia a mulher em termos de sua função materna, centrada na esfera doméstica e afirmava que pairava sobre a mãe a responsabilidade pela saúde dos filhos e da família. Enfatizava cada vez mais o conhecimento médico na maneira de cuidar e de educar as crianças. Isso quer dizer que, as mães deveriam utilizar-se de um conhecimento produzido pela ciência para cuidar de seus filhos. Os médicos do século XIX afirmavam que não bastava o amor materno, era necessário conhecimento para o exercício da função materna e foi a partir desta corrente de pensamento que foram sendo produzidas obras e periódicos que divulgavam conselhos higiênicos para as mães de família.

Portanto, através deste texto, procurou-se demonstrar como um médico, José Ricardo Pires de Almeida, desenvolveu sua obra, o "Guia da mulher pejada" para um público, considerado à época pela medicina como leigo, através de uma perspectiva de tradução. Da mesma forma, buscou-se apresentar o contexto no qual estava incluída a obra, como as discussões médicas sobre o corpo feminino e sobre mortalidade infantil, além de discussões sobre mudanças que ocorriam no universo feminino, como o maior aparecimento das mulheres no espaço público.

Referências

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. Guia da mulher pejada Preceitos hygienicos. Molestias e acidentes. Seu tratamento: alopático pelo autor; homeopathico, pelo Dr. Castro Lopes; e dosimetrico, pelo Dr. José de Goes. Precedidos do calendário da prenhez com o qual pode marcar o dia do parto, a época da fecundação e o período em que se devem sentir os movimentos do fêto". Rio de Janeiro: Typ., lith. a vapor, livr. encad. Lombaerts & C., 1882. [1884] Ver: U. S. National Library of Medicine. Coleção "Medicine in the Americas, 1610-1920". Disponível em: <https://collections.nlm.nih.gov/catalog/nlm:nlmuid-67150730R-bk>

ANDRADE, Déboa EL-Jaick . "A Imprensa como tribuna dos intelectuais no século XIX: O Guanabara em defesa da arte e dos artistas nacionais". In: Engel, Magali G. (Org.). *Os intelectuais e a imprensa*. 3ed. Rio de Janeiro: Mauad X -Faperj, 2015.

APPLE, Rima D. *Mothers & Medicine. A social History of infant feeding, 1890-1950*. The University of Wisconsin Press, 1987.

BARBOSA, Everton Vieira. "Em busca de (in)formação: estratégias editoriais femininas na Corte (1852-1855)". In: BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladys; GONÇALVES, Monique de Siqueira; MOMESSO, Beatriz (Orgs.). *Imprensa, livros e política no oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2018.

BASTOS, Maria Helena Camara. Leituras das famílias brasileiras no século XIX: o Jornal das Famílias (1863-1878). *Revista Portuguesa de Educação*, ano 1, v. 15, n. 002, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2002, p. 169-214.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro – Século XIX*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

- BITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paul: Editora Ática, 1986
- D'INCAO, Maria Ângela. "Mulher e família burguesa". In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil – século XIX. Dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- HAHNER, June E. "Honra e distinção das famílias". In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino – a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, n. 104, jul. 1998, p. 144-161.
- PENA, José Ygor Silva; FERREIRA, Luiza. PIRES DE ALMEIDA, José Ricardo. Chefe do Arquivo da Sec. da Câmara Municipal / Arquivo da Intendência de Instrução e Estatística. In *Dicionário de verbetes (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro)*. Disponível em <http://expagcrj.rio.rj.gov.br/jose-ricardo-pires-de-almeida/> Acesso em 28 de julho de 2020.
- ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos Oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. São Paulo: Alameda, 2010.

